

O COMPORTAMENTO INDISCIPLINADO DOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO EM SALA DE AULA (ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA URBANA DE CASTELO BRANCO)

Ernesto Candeias Martins¹

Letícia C. Ferreira Teixeira²

RESUMO

As situações de indisciplina escolar constituem um desafio pedagógico atual para a prática pedagógica do professor, não só pelos sentimentos que geram (stresse, inquietação, ansiedade, angústia, impotência), mas também porque coloca no desempenho das funções docentes a procura de respostas e estratégias para as atenuar. Este texto consiste num estudo de caso, na perspetiva da investigação-ação do paradigma educacional (aplicação do Plano de Intervenção), no âmbito da metodologia qualitativa. Analisámos dois alunos considerados indisciplinados (aluno A – Carlos e aluno B – Rafael) no contexto escolar (turma do 4.º ano do 1.º CEB) de uma escola da cidade de Castelo Branco, durante o ano letivo 2012/13. Pretendemos identificar as causas/motivos que levam esses alunos a cometerem atos de indisciplina, além de analisarmos a influência que têm esses atos no seu rendimento escolar.

Estabelecemos observações a situações concretas, visando possíveis linhas orientadoras de ação para prevenir ou resolver situações de indisciplina, desrespeito, desobediência ou incumprimento de normas na sala de aula, com os seguintes objetivos: compreender a indisciplina escolar em dois alunos do 1.º CEB; verificar as condutas mais frequentes de indisciplina ou incumprimento das normas; analisar os comportamentos de indisciplina desses dois alunos.

¹ Instituto Politécnico de Castelo Branco/Escola Superior de Educação de Castelo Branco - ernesto@ipcp.pt

² Instituto Politécnico de Castelo Branco /Escola Superior de Educação de Castelo Branco

Palavras-Chave: disciplina escolar; aluno indisciplinado; incumprimento de normas; mediação; educação básica

ABSTRACT

The situations of school indiscipline are a current pedagogical challenge for the teacher's pedagogic practice, not only because they generate feelings of stress, restlessness, anxiety and helplessness, but also because they require the search for answers and strategies to mitigate them. This text is a case study, from the perspective of research-action of the educational paradigm (applying the Intervention plan), in the framework of qualitative methodology. We analyzed two students considered undisciplined (A student – Carlos and student B – Rafael) in the school context (class of 4th year of 1st CEB) of a school in the city of Castelo Branco, during the school year 2012/13. We intend to identify the causes / reasons why these students commit acts of indiscipline, and analyzed the influence of these acts in their school performance. We present observations to particular situations, seeking possible guidelines for action to prevent or resolve situations of indiscipline, disrespect, disobedience or breach of standards in the classroom, with the following objectives: understand the school indiscipline in two students of the 1st CEB; identify the most frequent behaviors of indiscipline or breach of standards; analyze the disruptive behaviors of these two students.

Keywords: school discipline; undisciplined student; breach of rules; mediation; basic education

QUESTÕES PRÉVIAS

O Instituto Politécnico de Castelo Branco e a Universidad de Extremadura/Facultad de Educación de Badajoz e Centro de Investigação GRESPE têm em curso, desde 2011, o '*Projeto de Inteligência Emocional em alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico (turmas 3.º e 4.º anos) na região de Castelo Branco*'. Da aplicação desse programa observámos a existência de casos de

indisciplina na sala de aula e em outros espaços. Sabemos que os casos de incumprimento das regras de disciplina está cada vez mais presente no dia a dia da escola, nas salas de aula e recreios, o que compromete a normatividade do processo de aprendizagem dos alunos. Uma adequada gestão e controlo da disciplina, associada a estratégias de intervenção eficazes, por parte dos professores e responsáveis da escola, previne muitos casos de indisciplina que surgem na escola (Estrela, 1996; Díaz Aguado, 2001).

Neste seguimento de ideias consideramos que a indisciplina constitui um dos principais desafios pedagógicos da atualidade, já que ela afeta não só a prática pedagógica do professor, mas também lhe cria stresse e inquietação, fazendo-lhe despertar um sentimento de frustração, angústia, impotência, humilhação e desnorte nas suas funções. Tudo isto confirma a complexidade do tema e a preocupação dos agentes educativos. Este foi o motivo para desenvolver um plano de intervenção (professores) para atenuar os atos de indisciplina escolar ou desobediência das normas disciplinares.

Realizámos um estudo de caso, na perspetiva da investigação-ação (Plano Estratégico de Intervenção – PEI), inserido no paradigma educacional (ecológico, naturalista, interpretativo), no âmbito da metodologia qualitativa. Analisámos dois alunos considerados indisciplinados (aluno A – Carlos e aluno B – Rafael) no contexto escolar (turma do 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico – CEB) de uma escola da cidade de Castelo Branco. Pretendemos identificar as causas/motivos que levam esses alunos a cometerem atos de indisciplina, além de analisarmos a influência que têm esses atos no seu rendimento escolar. Com base nessas descrições apontamos novos rumos, estratégias, para promover uma melhor educação social e cívica, educação moral, autoconhecimento e controlo das emoções, educação para a convivência e uma gestão no controlo disciplinar. O problema assenta na seguinte formulação: *Quais são as causas/motivos determinantes no comportamento de dois alunos do 4.º ano do 1.º CEB, de um Agrupamento de Escolas de Castelo Branco (designado XPJR) e melhoram esses comportamentos indisciplinados dos alunos da escola com um Plano Estratégico de Intervenção.*

Trata-se de uma investigação aplicada que, partindo da observação de situações concretas, visa facultar possíveis linhas orientadoras de ação dos professores para prevenirem ou resolverem muitas situações de indisciplina, desrespeito, desobediência ou incumprimento de normas. São objetivos determinantes da investigação: i) Compreender a indisciplina escolar nos alunos do 1.º CEB, contrapondo, nessa análise, a disciplina e indisciplina nas escolas e o seu significado nas várias teorias ou enfoques; ii) Conhecer, a partir da perspectiva dos professores, as condutas mais frequentes de indisciplina ou incumprimento das normas de disciplina que apresentam os alunos do 1.º CEB; iii) Analisar os comportamentos de indisciplina de dois alunos (A, B) de 4.º ano do 1.º CEB; iv) Refletir sobre as estratégias/medidas consideradas adequadas, pelos professores, para resolver as situações de indisciplina ou conflito; v) Implementar um Plano Estratégico de Intervenção (PEI), no 2.º semestre do ano letivo 2012/13 numa escola de Castelo Branco, resolvendo ou evitando muitos atos e situações de indisciplina ou incumprimento de normas; vii) Comparar as estratégias adotadas por 2 professores (E-P1; E-P2) perante situações de indisciplina na sala de aula e a sua respetiva avaliação do PEI.

Foi, pois, nossa intenção, proporcionar a tomada de decisões dos professores (reflexão-ação), com o objetivo de resolver/ transformar as situações de indisciplina em cumprimento disciplinar das normas e, paralelamente, uma consciencialização dos alunos. Na elaboração da proposta do PEI, incluímos estratégias de desenvolvimento pessoal, estratégias e medidas de registo para os casos de indisciplina e atos de violência, tendo em conta a proposta de intervenção de Ramirez (2007). O PEI permite ao professor ter uma melhor gestão e controlo da disciplina, criar um melhor ambiente educativo para a aprendizagem e melhorar a relação pedagógica. Assim, pretendeu-se melhorar a prática pedagógica e mobilizar os atores intervenientes no processo de ensino e aprendizagem para a resolução dos casos de indisciplina, a partir de um plano de intervenção eficaz. Percebendo as causas saberemos gerir, controlar e intervir para resolver essas situações e conflitos.

O ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

A fundamentação da temática assentou em quatro pontos: a escola e o seu papel na atenuação da indisciplina; a evolução jurídica das medidas estatutárias de disciplina nas escolas desde a Lei de Bases de Sistema Educativo (1986); a função dos professores na análise e prevenção da indisciplina nas salas de aula; o contributo dos pais/encarregados de educação na manutenção da disciplina na escola; a mediação como estratégia de resolução de conflitos e problemas de incumprimento das regras disciplinares.

A escola e as medidas disciplinares

A escola atualmente depara-se com problemas crescentes de violência e indisciplina. Cabe-lhe impor as regras disciplinares para o quotidiano escolar, já presentes no Estatuto Disciplinar do Aluno, nos normativos jurídicos e no Projeto Educativo. Por vezes, no seu interior aparecem casos de resistência às normas que são instituídas. Esses casos de resistência às regras são vistos como atos de indisciplina, desobediência ou incumprimento, os quais causam dificuldades ao processo de ensino aprendizagem e à formação para a cidadania e convivência, tornando-se necessário arranjar formas de superá-los. Muitos comportamentos indisciplinados estão relacionados com a ineficiência da prática pedagógica, tais como: propostas curriculares problemáticas e metodologias que subestimam a capacidade do aluno (assuntos pouco interessantes ou fáceis de mais), inadequação da organização do espaço de sala de aula e do tempo de realização das atividades, excessiva centralização na figura do professor e, conseqüentemente, poucos incentivos à autonomia e às interações entre os alunos, uso constante de sanções e ameaças visando ao silêncio da turma, pouco diálogo, etc. Devido a esse tipo de prática pedagógica desmotivante para (alguns) alunos, a indisciplina escolar tem-se assumido como um problema grave, para todos os agentes educativos e, principalmente, para a escola e seus dirigentes. Assim sendo, surge a necessidade de serem promovidos programas promotores da convivência e socialização para travar as situações desestabilizadoras do clima escolar, no âmbito

do Projeto Educativo de Escola. Cabe aos professores e à comunidade educativa a responsabilidade de encontrar respostas educativas para os problemas de indisciplina. É de realçar o papel do professor de turma, que deve ter a capacidade de coordenar e recolher os contributos e sugestões da Direção da escola, dos professores da turma, dos alunos, dos pais e da comunidade (Ortega, 1997).

Em relação ao Projeto Educativo de escola, este deve conter medidas relacionadas com a diversidade, a aprendizagem para a convivência, a educação das atitudes e para os valores, a educação para a cidadania e tolerância (Carlinda & Fernandes, 1997). Deve-se incluir programas de intervenção que sirvam de auxiliares ao trabalho do professor dentro da sala de aula, que evitem o aparecimento de conflitos, atos de indisciplina e comportamentos antissociais. São exemplos: o programa de desenvolvimento social e afetivo nas salas de aula; o programa de promoção da tolerância à diversidade em ambientes heterogêneos; o programa para fomentar o desenvolvimento moral através da reflexão e moralidade; o programa de melhoria comportamental dos alunos através da aprendizagem de normas.

Os princípios do estatuto de disciplina do aluno

O estatuto dos direitos e deveres dos alunos do Ensino Básico e do Ensino secundário aprovado por Decreto-Lei n.º270/98, de 1 de setembro, estabelece, pela primeira vez, os direitos e os deveres a que ficam sujeitos os alunos dos estabelecimentos públicos. Este normativo, difundido a todos os elementos da comunidade educativa, institui as normas de conduta que regem as regras de convivência e disciplina, em que o aluno que perturbe as normas gerais ou especiais será objeto de intervenção, aplicando-lhe medidas educativas disciplinares. Este estatuto refere-se ainda aos deveres gerais e especiais, previstos no Regulamento Interno das escolas (Decreto-Lei n.º115-A/98, de 4 de maio). Posteriormente, o Decreto-Lei n.º30/2002, de 20 de dezembro, reforça o papel dos pais e encarregados de educação na educação dos seus filhos/educandos. Aos pais/encarregados de educação cabe diligenciar o cumprimento das normas que estão cometidas aos seus filhos/educandos, no estatuto do aluno, entendido como

deveres e direitos gerais e no Regulamento de Escola como direitos e deveres específicos. Prevê-se, a nível do processo disciplinar, o envolvimento dos mesmos e a sua presença na escola sempre que ela se torne necessária.

O Decreto-Lei n.º 3/2008, de 18 de janeiro, altera o diploma de 2002, reforça a responsabilidade e o envolvimento dos pais no conhecimento do Estatuto do Aluno e do Regulamento Interno da escola, incluindo a sua aceitação e compromisso de cumprimento integral. No processo individual do aluno deverão ficar registadas e averbadas todas as situações de indisciplinas e as sanções de que foram alvo. Após a entrada em vigor da Lei n.º 39/2010, de 2 de setembro, no que respeita à indisciplina em contexto educativo e organização escolar, expressa no artigo 24.º, ao alterar o Estatuto do Aluno dos Ensino Básico e Secundário, as medidas corretivas que têm um objetivo pedagógico e preventivo e de normalização do contexto escolar. Consoante o Estatuto do Aluno, no que respeita às situações de indisciplina, o Diretor é a autoridade máxima na avaliação desses casos.

Com a publicação da Lei n.º 5/2012, aprova-se o “Estatuto do Aluno e Ética Escolar”, estabelecendo-se os direitos e deveres do aluno (Ensino Básico) e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e os restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, no desenvolvimento das normas da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 e sucessivos normativos jurídicos. Este diploma tem como objetivo promover o mérito, a assiduidade, a responsabilidade, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, a sua formação cívica, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o sucesso escolar e educativo e a efetiva aquisição de conhecimentos e capacidades.

Função dos professores perante a indisciplina.

Existem técnicas que ajudam os professores a lidarem com situações problemáticas, que muitas vezes desconhecem, sabendo-as gerir e controlar na sala de aula e evitar que se propaguem a outros espaços escolares. Uma boa gestão da aula está na base da prevenção da indisciplina, na medida em que a organização de boas aulas, a nível de gestão de tempo, programação e adequação aos interesses dos alunos, vai incentivá-los a ficarem mais motivados e

concentrados no processo de ensino aprendizagem, evitando, assim, distrações e casos de indisciplina. As situações problemáticas devem ser prevenidas, dado que uma vez geradas são difíceis de corrigir. É fundamental uma formação (inicial, contínua) adequada de professores, direcionada para a aquisição de competências de gestão da sala de aula, o que pode ser uma ferramenta importante para solucionar esses problemas indisciplinares (Rego, 1996).

Na verdade, os problemas de indisciplina podem ser originados por diferentes fatores. Por vezes devem-se a questões de natureza neurótica da personalidade e a atitudes antissociais por parte de crianças com necessidades educativas; outras vezes são o resultado do nível de desenvolvimento cognitivo e moral do indivíduo (cognitivistas), de interações que ocorrem na sala de aula (perspetiva social), das interações entre os indivíduos e o meio (perspetiva ecológica) e, ainda, da organização criada pelo professor na aula (perspetiva pedagógica). Os comportamentos indisciplinados ocorrem porque a escola falha, enquanto agente de socialização, não conseguindo interiorizar as regras e os valores.

Por conseguinte, no contexto de sala de aula é fundamental que o professor adote estratégias que visem o combate às atitudes de indisciplina. Na aplicação de estratégias de correção da indisciplina é necessário ter em conta que existem diversos tipos de indisciplina. Por exemplo, Amado (2001) propõe três níveis de caracterização da indisciplina, abrangendo o 1.º nível – Desvios às regras de produção – as ocorrências de carácter prejudicial ao bom funcionamento da aula e incluindo-se nele as situações de ruído de fundo, a realização de tarefas diferentes aquilo que é pedido, a ausência de resposta quando o professor questiona o aluno; o 2.º nível – Conflitos interpares – engloba o desentendimento entre os alunos, os comportamentos de agressividade e violência, o “bullying”; o 3.º nível – Conflitos na relação professor aluno – inclui todos os comportamentos que põem em causa a autoridade e o estatuto do professor. Os três níveis organizam-se de forma ascendente, pelo grau de gravidade do ato. Assim sendo, o 1.º nível engloba atos de indisciplina pouco graves (desvio às regras, que afetam o funcionamento da aula), seguindo-se os casos com alguma gravidade (relação entre os alunos) e por fim os conflitos com o professor (contestação da sua

autoridade). O professor tem de ser capaz de manter o autocontrolo, não deve reagir emocionalmente aos comportamentos incorretos dos alunos, não cedendo às reações deles. Assim sendo, o comportamento inadequado deve ser temporariamente ignorado, desencadeando o professor formas de dar atenção ao aluno e de controlo das situações que possam levar a atos de indisciplina. As formas de intervir variam de professor para professor.

Papel da família ou pais/encarregados de educação

Aos pais e encarregados de educação cabe a tarefa responsável de acompanhar o processo formativo dos seus educandos, desenvolvendo-lhes as primeiras aprendizagens, transmitir-lhes valores e normas de socialização, intervir no processo disciplinar e de cumprimento de normas dos seus educandos, conhecer os direitos e deveres dos alunos estipulados no Regulamento Interno da escola e ainda desenvolver um trabalho conjunto com o professor, interessando-se pela vida escolar do seu educando. A legislação foi reforçando o papel da família e a sua intervenção no processo disciplinar e de cumprimento de normas dos seus educandos. A família, tal como está previsto nos normativos, deve conhecer e aceitar as normas descritas quer no estatuto dos direitos e deveres dos alunos, de uma forma geral, como, de uma forma específica, no Regulamento Interno do estabelecimento de ensino que o seu educando frequenta. A sua aceitação não é só tácita, uma vez que pais/encarregados de educação deverão comprometer-se, por escrito, com o conhecimento e aceitação dessas normas (Díaz-Aguado, 1992).

Mediação de conflitos

A mediação é o primeiro recurso a utilizar para combater a indisciplina (Vasconcelos, 2008). Em qualquer dos quadros legislativos referentes ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário existe uma margem de autonomia que permite introduzir esta figura. Poderemos considerar como primeiro mediador o professor titular de turma, para o 1.º ciclo e o Diretor de Turma, para os 2.º e 3.º ciclos. Em caso de indisciplina mais grave, o mediador será o Diretor da escola ou

agrupamento. Não havendo acordo entre as partes, e em último recurso, a ação será punida segundo o previsto no Regulamento Interno. Os encarregados de educação do aluno serão sempre envolvidos em situações de comportamentos de indisciplina, seja ela grave ou ligeira, como corresponsáveis pela educação dos seus filhos, dado que conheceram e aceitaram as normas que regem os estabelecimentos de ensino frequentados pelos mesmos (Ortega, 1997).

Na verdade, a mediação é uma técnica de negociação e uma forma de resolução de problemas, compondo-se de interações, que permitem desmontar o problema, estudar as suas causas e encontrar estratégias de remediação, favorecendo a diversificação de soluções alternativas. Pode praticar-se entre os alunos que pretendam resolver os seus conflitos, entre pares, ou recorrendo a um mediador exterior ao conflito a quem os intervenientes reconheçam competência. Esta técnica apresenta as seguintes vantagens: a resolução de conflitos pelos próprios agentes que os desencadeiam; não é o mediador a tomar as decisões; foca-se a resolução dos problemas, não a causa dos mesmos; as soluções são negociadas, nunca impostas. Daí que a mediação seja um ato voluntário, imparcial, confidencial, que permite a transformação interpessoal, a autodeterminação e segurança dos alunos envolvidos. A mediação educativa está orientada para os valores de convivência e formação da cidadania.

METODOLOGIA ORIENTADA À TRANSFORMAÇÃO E MUDANÇA

Situamo-nos na perspetiva humanístico-interpretativa e sociocrítica, pois está subjacente à nossa abordagem metodológica que se destina a gerar mudanças nos alunos considerados indisciplinados, incumpridores ou desobedientes das normas disciplinares, através da elaboração do PEI. Levámos a cabo um estudo de caso, numa turma de 4.º ano do 1.º CEB dum Agrupamento de Escolas de Castelo Branco, consistindo na exploração, descrição e análise (hermenêutica) pormenorizada de dois alunos, em contexto de sala de aula, de modo a compreender os atos de indisciplina, no 2.º semestre do ano letivo 2012-13, com os contributos reflexivos do professor titular de turma e dos pais/encarregados de educação. Nesta pretensão metodológica adotámos a investigação – ação na

elaboração e aplicação do PEI. Assim, os sujeitos intervenientes no estudo foram (amostras): n1= 2 alunos (A, B) do 4.º ano do 1.º CEB, numa escola na cidade, que apresentavam comportamentos indisciplinados; n2= 2 professores (E-P1, E-P2) do Agrupamento analisando as estratégias de intervenção (Pré e Pós aplicação do PEI) e avaliação do plano; n3= 2 encarregados de educação dos alunos.

As técnicas de recolha de dados foram as observações (natural/sistemática e observação participante) aos alunos (permitindo-nos conhecer diretamente o fenómeno em estudo, tal como ele acontece no contexto natural de sala de aula e recreio, ajudando-nos a compreender os motivos e causas), entrevistas semiestruturadas aos 2 professores e pais/encarregados de educação dos alunos, análise de conteúdo às entrevistas (categorização e subcategorização) e triangulação na interpretação dos dados, com ajuda das notas de campo (registos semanais). Seguimos todos os procedimentos legais e éticos no estudo e na aplicação científica dos instrumentos.

Registos observacionais e observação participante aos alunos

Observámos durante um semestre os alunos em estudo com seguintes registos:

***-Aluno A:** Manifesta alguns comportamentos agressivos com os colegas (agressões verbais e físicas) e envolve-se no recreio em conflitos. Registámos várias situações de indisciplina. O Carlos revela falta de autocontrolo em muitas situações de indisciplina, incumprimento das regras estipuladas e desobediência, parecendo que não faz nada, mas empurra os colegas, insultando-os verbalmente e acabando com agressões a colegas e assistentes operacionais. É inconsistente na aprendizagem, distrai-se constante, tem défice de atenção e dificuldades de concentração. A professora repreende-o continuamente e, por vezes, é chamado à presença do Diretor. Há uma despreocupação da encarregada de educação/mãe ao não participar ou participar escassamente nas reuniões da escola.

***-Aluno B.** O Rafael é hiperativo, brincalhão, desobediente, com tendência em não assumir as regras normas, sendo constantemente chamado à atenção. Está sempre envolvido em conflitos e perante os comportamentos de indisciplina é repreendido

com castigos (sem intervalo), é mudado de lugar. São inúmeras as vezes que o aluno perturba os colegas com agressões verbais. Quando os colegas respondem a uma questão do professor de forma incorreta, são inferiorizados por este aluno, que tem de ser chamado à atenção pelo docente, de modo a manter silêncio. Empenha-se nas tarefas aula, quando quer. Há uma adequada colaboração da família, que participa nas reuniões com a professora da turma.

Ambos os alunos são amigos, incumprem assiduamente as normas e regras na sala de aula, praticam várias agressões físicas aos colegas ('apalpar', 'empurrar'), tendo o Aluno A feito uma agressão verbal/física a uma professora e o aluno B várias agressões verbais aos colegas. Em relação ao aproveitamento escolar o Aluno A, que é muito meigo, agitado e bem-educado (Entrevista E-EA), mantém uma certa oscilação na evolução e regressão da aprendizagem (instabilidade emocional) e o Aluno B, que é irrequieto, com amuos e sem gostar de ser repreendido (Entrevista E-EB), é melhor aluno (constante), necessitando de ser motivado constantemente (Quadro n.º 1).

Quadro 1 - *Caracterização dos alunos A e B no aproveitamento escolar no ano letivo 2012/13, em algumas áreas curriculares*

Alunos	Áreas Curriculares	1.º Semestre 2012-13	2.º Semestre 2012-13	Inferências
A= Carlos	Português	3	3	3 - manteve
	Matemática	3	3	2 - regrediu
	Estudo do Meio	3	4	4 - evoluiu
	Formação Cívica	3	3	3 - manteve
B=Rafael	Português	4	4	4 - manteve
	Matemática	3	4	4 - evoluiu
	Estudo do Meio	4	4	4 - evoluiu
	Formação Cívica	3	4	4 - evoluiu

Análise às entrevistas (Pré) aos professores e encarregados de educação

Utilizámos a entrevista semiestruturada com questões previamente definidas, que permitiram o registo, o diálogo e a extração de informações (notas de

campo), categorizando e analisando o seu conteúdo. Este instrumento foi aplicado a dois Professores e aos pais/encarregados de educação dos alunos em estudo, realizando-se numa sala de aula da escola. Foram codificadas em quatro categorias: indisciplina; estratégias; rendimento académico; e pessoal e sócio efetivo. Eis a caracterização dos professores e dos pais/encarregados de educação:

*-**Professora E-P1** tem 56 anos, 34 anos de serviço, possui o Curso de Magistério e uma formação complementar, sendo a professora da turma do 4.º ano (Aluno A e B), com alguns casos de conflitos e indisciplina na sua sala de aula. Tem dificuldades de adotar estratégias e em saber gerir os conflitos que surgem no processo de aprendizagem. Nas reuniões com os pais expõe esses comportamentos dos alunos, solicitando maior colaboração dos pais. Esta professora carece de referentes científicos, experiência e intuição no momento de atuar, improvisando estratégias.

*-**O Professor E-P2** tem 51 anos, 30 de serviço, possui o Curso do Magistério, complementos de formação e o Mestrado em Educação e tem a cargo uma turma do 3.º ano na mesma escola. Sabe gerir e controlar (estratégias e medidas) os diversos casos de indisciplina que surgem no ambiente de sala de aula. Impõe desde o início do ano letivo as mesmas estratégias e desenvolve a inter-relação, o diálogo e a amizade entre os alunos. Nas reuniões com os pais explica os comportamentos dos alunos e as medidas que adota ao penalizar os que têm comportamentos de indisciplina, incumpridores de normas e de atos de desobediência. É o professor responsável da turma. Este professor sabe gerir a disciplina, tem conhecimentos, promove atitudes favorecedoras para um adequado ambiente educativo, melhorando a dimensão cognitivo-comportamental.

Com as entrevistas semiestruturadas às duas mães/encarregados de educação (E-EA, E-EB) pretendemos conhecer o tipo de comportamento dos educandos em casa (alunos A e B) e as estratégias adotadas, além da influência desses comportamentos no rendimento escolar. E-EA tem 40 anos, trabalha por conta própria (vendedora), tem o 12.º ano, é divorciada e vive com o próprio filho (não tem irmãos). A E-EB tem 43 anos, é casada e licenciada (professora do ensino secundário de inglês), com um ambiente familiar normal (tem mais um filho). O nível social dos alunos é similar, pertencem a famílias de classe média, trabalhadores em

quadros médios (empresas), habilitações de nível médio, habitação própria (aluno B vive fora da cidade).

Professores e encarregados de educação narraram situações de indisciplina que, não sendo muito graves na sala de aula, se devem ao incumprimento de regras, desobediência, falta de concentração e desrespeito. Clarificaram os conceitos de disciplina e indisciplina (necessidade educação para os valores e emoções) e violência (agressões verbais e físicas), reconhecendo que esses atos impedem o normal funcionamento da aula.

Os professores adotam estratégias que, por vezes, não são as mais adequadas aos conflitos gerados, chamando à atenção do aluno e promovendo o diálogo (1.ª fase), procedendo ao registo dos acontecimentos e promovendo a reflexão sobre os mesmos (2.ª fase); procedem ainda à aplicação de (auto) castigos (3.ª fase). Mantém reuniões com pais, exigindo o cumprimento do regulamento e a necessidade de mediação.

Da triangulação dos dados verificámos que são frequentes os atos de indisciplina, desrespeito e desobediência escolar, mas que cada professor gere e adota, à sua maneira, estratégias que, muitas vezes, não conseguem o efeito desejado. Haverá que cumprir o estatuto de disciplina vigente impondo estratégias adequadas (PEI) e um plano de desenvolvimento pessoal e convivência, para os casos individuais de indisciplina. Não há uma correlação efetiva entre comportamento indisciplinar do aluno e o seu rendimento, contudo este vê-se afetado com as suas atitudes.

Plano Estratégico de Intervenção (PEI)

Os objetivos do PEI pretenderam (Ramirez, 2007): i) promover o reconhecimento dos alunos dos seus atos de indisciplina e desobediência (diálogo, consciencialização), fazendo-os refletir (causas, motivos); ii) promover a comunicação entre a família e escola/professores sobre a indisciplina escolar; iii) desenvolver ações de intervenção, tais como, levar os alunos a refletirem sobre a causa efeito dos atos incorretos ou indisciplinares e envolvê-los na procura de soluções.

Introduziram-se medidas para os casos graves, como, por exemplo, a aplicação de castigos (privação de recreio, registos na caderneta), a mediação de conflitos, o registo do comportamento dos alunos (painel de registo exposto na sala de aula) e a planificação das aulas consoante o interesse dos alunos. As medidas para os casos graves pretenderam informar a instituição (direção) e a família, proceder à sensibilização dos alunos para terem bons comportamentos e cumprirem a disciplina (painéis, folhetos, reuniões, etc.), promover a formação psicossocial e pedagógica aos assistentes educativos operacionais, reforçando as equipas de funcionários responsáveis pela vigilância dos espaços informais (recreio, refeitório, corredores, etc.).

Adotou-se a mediação de conflitos (nos atos considerados violentos) com as seguintes estratégias (Díaz Aguado, 2001): não interferir no conflito, apenas deixar a mensagem, possibilitando que as crianças resolvam os conflitos entre si (consciencialização: dar voz aos alunos envolvidos); melhorar a planificação das aulas consoante os interesses dos alunos (motivação); mais contactos com o Diretor e manter a família ao corrente da situação do aluno; reforçar e instruir a equipa de funcionários para controlar os comportamentos nos espaços informais (recreio, corredores, *hall* de entrada, refeitório).

Os efeitos da implementação do PEI, em contexto de sala de aula, em alunos designados como indisciplinados, foram muito positivos, já que a partir das estratégias delineadas conseguimos uma melhoria no controlo destes casos (maior gestão da indisciplina e incumprimento de regras). Os resultados escolares melhoraram, tendo-se verificado um maior empenho nas tarefas propostas. Também o nível de concentração foi melhorando ao longo do tempo de observação.

A avaliação da eficácia do PEI pelos Professores foi feita através da análise de conteúdo às entrevistas Pós. Conforme os dados recolhidos nas entrevistas semiestruturadas (Pós aplicar o PEI), junto aos professores E-P1 e E-P2, estes foram unânimes em considerá-lo eficaz. Porém, os modos de implementação do mesmo têm de variar consoante a realidade educativa, ou seja, consoante a turma, as características dos alunos, os casos de indisciplina e o tipo de estratégias. Foram codificadas quatro categorias de análise da eficácia do PEI: (i) *'Eficácia' depende do contexto de sala de aula – Grupo/turma* (caraterísticas), da

capacidade dos professores implementarem o PEI (estratégias) e da autoavaliação dos alunos aos seus atos – estratégias intermédias e de mediação; (ii) *‘Implementação do PEI’*: é de fácil aplicação, havendo alguns professores que têm as suas próprias estratégias de atuação, com êxito, sabendo gerir os atos de indisciplina (E-P2); (iii) *‘Alterações para melhorar’* aplicando regras sociais e de convivência nos espaços informais, sendo essa a função do professor e auxiliares de ação educativa; (iv) *‘Clarificar e definir dos termos’* relacionados com violência, indisciplina, desobediência, agressão, etc.

Quanto às estratégias identificadas, a professora E-P1 da turma referiu que *“a grande estratégia está nos 1.º anos de escolaridade estabelecer uma forte comunicação entre a família/escola”*, pois leva-nos a conhecer melhor o aluno, compreendendo algumas das causas que o levam à adoção de atitudes incorretas. Identificadas as causas é mais fácil chegar aluno, ajudando-o a melhorar a nível pessoal e de rendimento académico (Programa de desenvolvimento pessoal para promover convivência, relações e a liberdade responsável). E-P1 e E-P2 agem pela mediação de conflitos, levando os alunos envolvidos a refletir sobre os seus comportamentos indisciplinados, tendo como objetivo deixar a mensagem, promovendo a resolução dos conflitos entre si, convocando, por vezes, reuniões turma/grupo, ouvindo o testemunho de cada um para chegar consenso. Outra estratégia adotada é o registo do comportamento, a partir de um painel, exposto na sala de aula, o qual contém o nome dos alunos da turma e onde são registados diariamente os pontos fortes e fracos; ou seja, quando apresentem desempenhos muito bons, eles são assinalados no painel com uma bola verde, quando, pelo contrário, são atos de indisciplina, falta dos trabalhos de casa, atitudes incorretas, etc. assinala-se com bola vermelha. Este painel contempla, pois, os bons e os maus comportamentos. Consciencializa-se os alunos de que os pais irão ter conhecimento dos registos no painel (premiar os exemplares e repreender os incumpridores). Para além disso, é fundamental uma boa planificação das aulas consoante os interesses dos alunos, pois se os alunos gostam do modo como o professor lhes apresenta os conteúdos de aprendizagem, ficam mais envolvidos nas tarefas (Diaz-Aguado, 1992 e 2001; Vasconcelos, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que os comportamentos indisciplinados têm origens diferentes (nível pessoal, familiar, social). Em geral os comportamentos de menor gravidade são corrigidos pelo professor turma, mas os casos mais graves são encaminhados para o Diretor. Constatámos que o atenuar da indisciplina escolar está dependente das estratégias que o professor e os encarregados de educação adotem. Verificamos que o PEI foi eficaz, aplicando--se algumas estratégias, com colaboração professores e auxiliares operacionais, que fizeram diminuir o incumprimento regras. Ou seja, a indisciplina dos alunos A e B é devida à “falta de respeito”, ‘incumprimento’ e “desobediências” ao professor e colegas. Como intervenção devem elaborar-se normas no início do ano, afixá-las e fazendo-as cumprir; tal como devem usar-se técnicas específicas de diálogo e discussão nos conflitos (mediação) e ensinar valores. São ainda importantes o conhecimento dos outros e o autocontrolo das emoções, a comunicação por escrito, na caderneta, à família e a colaboração desta nos casos de indisciplina. A falta de gestão e controlo na aula, pelos professores, implica casos de conflito e situações de indisciplina. Mesmo utilizando a mediatização, há nos professores uma falta de conhecimento de estratégias de prevenção psicoeducativa.

Deve haver um apoio às iniciativas de convivência escolar por parte dos responsáveis das escolas, de modo a executarem projetos que promovam a convivência escolar, numa pedagogia de relações interativas em que professores, alunos, pais e direções tenham um papel de facilitadores e mediadores das situações de indisciplina e de violência escolar. As iniciativas e as atividades relacionadas com a dinâmica da convivência nas escolas são importantes para envolverem todos os atores e agentes educativos (parcerias socioeducativas). Esta perspetiva ‘Escola – professores’, em termos organizacional e tutorial implicará o recurso a atividades de orientação escolar e pessoal, em que os ‘tutores’ (professor, assistente operacional, psicólogo, etc.) devem ser mediadores. O programa de intervenção deve contemplar, por exemplo, reuniões de coordenação, tutorias (sistema organizacional), o papel ativo das direções, diretores de turma e diretores de curso, a elaboração de normas (afixação, divulgação), a existência de um

mediador de grupos específicos, a exposição de projetos ou programas tutoriais, a divulgação de contratos comportamentais (quadros de fixação), a existência de salas específicas de recuperação (alunos indisciplinados, incumpridores de regras) e a realização de campanhas de divulgação (certames, colóquios, painéis, etc.). A relação Escola – Família deve fortalecer as suas interações, em que o eixo ‘pais-professores’ é fundamental para criar ações de coordenação educacional. Todos os parceiros da comunidade educativa (aprendizagem ativa) devem manter uma comunicação fluida, entre si, coerência nas intervenções sociopedagógicas, promover iniciativas para a convivência escolar, programas de atividades lúdicas de ocupação de recreios, etc.

Haverá, pois, que sensibilizar a comunidade educativa para prevenir e combater os casos de indisciplina escolar e para tal deve ter a escola um Plano Estratégico de Intervenção que envolva todos os atores e protagonistas. Constatámos que o Programa de Inteligência Emocional é útil para o autorreconhecimento e conhecimento do outro, evitando casos de indisciplina escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J. (2001). *Interação e indisciplina na aula*. Porto: Asa.
- Carlita, A. & Fernandes, G. (1997). *Indisciplina na sala de aula*. Lisboa: Presença.
- Díaz Aguado, M. J. (1992). *Programa para favorecer la tolerância en contextos étnicamente heterogéneos*. Madrid: MEC.
- Díaz Aguado, M. J. (2001). *Prevención de la violencia y lucha contra la exclusión*. Madrid: Instituto de la Juventud.
- Estrela, M. T. (1996). Prevenção da indisciplina e formação de professores. *Noésis* (janeiro/março), pp. 34-36.
- Ortega, R. (1997). Agresividad y violencia. El problema de la victimización de los escolares. *Revista de Educación*, 313, pp. 7-27.
- Ramírez, F. (2007). *Jornadas sobre conflictos y convivencia en los centros escolares. La violencia escolar. Propuestas para la intervención eficaz*. Murcia: Universidad de Murcia.

- Rego, T. C. (1996). A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana. In J. G. Aquino (Org.), *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. (2ª ed.). São Paulo: Summus.
- Vasconcelos, C. (2008). *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Método.